

## Para uma edição interactiva de textos antigos\*

LUIZ FAGUNDES DUARTE  
(Universidade Nova de Lisboa)

A crítica filológica tradicional sucumbe mais vezes do que aquelas que seria desejável à tentação de encarar o manuscrito medieval numa perspectiva teleológica: para ela, o processo de transmissão de um texto documentado no conjunto dos manuscritos que constituem a sua tradição deve conduzir, de um modo inexorável, a um fim pré-determinado: um texto em condições de ser lido por um leitor. Mas isso coloca-nos perante um problema: este leitor já não é o destinatário directo do original nem de qualquer dos testemunhos da tradição manuscrita – logo, um leitor-alocutário interessado no assunto que constitui o conteúdo proposicional do texto –, mas, pelo contrário, um leitor que encara o texto como um documento de trabalho (documento histórico, linguístico, filológico, etc.) ou como um monumento cujo interesse muitas vezes reside no simples facto de ter sobrevivido ao tempo.

No entanto, existem incoerências, mesmo até contradições, entre o fim e o *modus faciendi* para o atingir: o filólogo afirma que o seu desejo é apresentar aos leitores um texto bom para os trabalhos deles, e para isso submete-o a normas de transcrição que interferem ao mesmo tempo na ortografia, na pontuação e em aspectos mais profundos do enunciado como, por exemplo, a separação ou reunião de morfemas lexicais, ou o tratamento dos clíticos – justificando a sua conduta pela necessidade de tornar a leitura mais fácil aos leitores modernos. E aqui temos a incoerência: as formas linguísticas que encontramos no manuscrito foram lá postas para serem lidas por leitores situados, enquanto alocutários, no mesmo estado de língua em que se encontrava o agente ilocutório; logo, é o leitor posterior – e porque ele sabe que vai ler um texto do passado –, um leitor

---

\* Este texto é a versão portuguesa, com alterações, do que foi apresentado no Colóquio «De la variation linguistique et textuelle (théorie et moyen âge espagnol). En l'honneur de Jean Roudil», que se realizou na Universidade de Paris-Nord nos dias 7-8 de Junho de 1996. Título original: «L'édition des textes médiévaux portugais: question de critères».

*diferido*, que deve adaptar-se à língua do manuscrito: se procedermos ao contrário, correremos o risco de transmitir ao leitor um texto diferente daquele que é suposto transmitir-lhe.

Com efeito, quando lemos um texto em português num manuscrito medieval, nele encontramos, pelo menos no que diz respeito à ortografia, um testemunho de um processo bastante complicado que concilia os signos de uma língua anterior – o latim – e as características fonéticas e fonológicas de uma nova língua. Se aceitarmos o que Aristóteles disse algures – “os sons são os sinais das ideias emanadas da alma, enquanto que a escrita é o sinal dos sons” –, e aceitando o conceito de Hjelmslev segundo o qual o grafema seria a imagem do fonema obtida por uma transformação de substância<sup>1</sup>, os manuscritos medievais ainda não representam uma *outra língua* mas antes um *estado de língua* que combina as qualidades da língua anterior com as da nova língua: tomemos como exemplo os casos tão evidentes dos dígrafos <ch>, <nh> (ao lado de <n, nn, ni, nj, gn>) e <lh> (ao lado de <l, ll, li, lj, gl>) que, constituídos por letras do alfabeto latino, acabam, no Português Antigo, por representar a africada palatal surda [tʃ], a nasal palatal [ɲ] e a lateral palatal [λ], respectivamente, que são uma inovação face ao latim. Em casos como estes, encontramos-nos perante a situação de uma “nova” língua que, em processo de constituição de uma *scripta*, não elimina a *scripta* da “velha” língua mas, pelo contrário, procura adaptá-la às novas realidades, inseridas num determinado processo evolutivo: cada um destes dígrafos <ch, lh, nh>, tal como todos os outros que constituem a nova *scripta*, integra um sistema semiológico que funciona em relação com um outro sistema semiológico, o da língua falada<sup>2</sup>. É verdade que a língua escrita, e sobretudo num manuscrito medieval, é sempre artificial e não representa de uma maneira fiel a língua falada da época em que foi escrito<sup>3</sup>; mas de qualquer modo trata-se de um sistema, e por isso qualquer intervenção do editor sobre o mínimo elemento deste sistema conduzirá sempre a transformações importantes sobre o conjunto – o texto –, acarretando assim prejuízos que nunca poderemos avaliar devidamente. Para reduzir ao mínimo as consequências negativas de tais intervenções, os filólogos procuraram criar normas e critérios de transcrição dos textos antigos para utilização dos leitores modernos.

É por isso, sabêmo-lo todos, que a história da filologia está cheia de tentativas que visam a conciliação dos interesses do texto e do leitor, através da elaboração de normas de transcrição com vocação “universal” (pelo menos em universos linguísticos ou documentais específicos); porém, no momento em que são aplicadas, estas normas revelam-se insuficientes na medida em que são incapazes de dar conta de todas as singularidades do manuscrito e do texto que ele suporta; em geral, os próprios autores destas normas têm uma consciência clara da dificuldade que é encontrar normas e critérios que satisfaçam todas as necessidades, sejam elas do filólogo, do historiador, ou do leitor comum.

Recordemos, na história da filologia portuguesa, três exemplos de filólogos distanciados entre si em cerca de um século: Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1885, 1904)<sup>4</sup>, Leite de Vasconcelos (1921)<sup>5</sup>, e o P.<sup>o</sup> Avelino de Jesus da Costa (1977)<sup>6</sup>. Leite de Vasconcelos defendia duas soluções para a mesma grafia,

deixando ao critério do editor a opção por uma ou por outra de acordo com a natureza do texto e do leitor a quem se destinam a edição ou a reedição dos textos: segundo ele, teremos que ser mais rigorosos nos textos em que predominar o valor filológico ou paleográfico, e menos rigorosos naqueles em que predomine o valor literário, histórico, moral e científico".<sup>7</sup> Cinquenta anos mais tarde, o P<sup>o</sup> Avelino da Costa reconhecia às novas técnicas de impressão de livros, e aos meios informáticos disponíveis para o tratamento dos materiais editados, uma importância bastante para que se pudesse modelar as normas de transcrição dos textos à imagem destes meios e destas técnicas<sup>8</sup>. Por sua vez, Carolina Michaëlis de Vasconcellos tomou o partido da fonética contra o da etimologia: com base na observação que fez do códice do *Cancioneiro da Ajuda*, a grande filóloga concluiu em 1885 que o copista "transcreveu todas as palavras como então se pronunciavam, sem se preocupar com as normas clássicas e etimológicas", o que autorizaria o editor moderno a regular as grafias antigas de modo a nelas conservar todo o seu valor fonético, evitando no entanto as confusões que "as letras duplicadas e inúteis" (sejam elas etimológicas ou não) podem causar no leitor moderno: "As modificações ortográficas a que submeti o texto [do *Cancioneiro da Ajuda*]" – escreve Michaëlis em 1904 – "tendem a auxiliar a compreensão sem todavia desfigurarem o seu carácter arcaico. Sem isso, poucos portugueses o haviam de lêr. E falaria então uma das minhas principais ambições"<sup>9</sup>.

Estes filólogos, assim como todos os outros que produziram doutrina relativa à questão dos critérios e das normas para editar os textos antigos, parecem estar de acordo num aspecto: *não existem normas universais*; será por isso necessário que se proceda de uma maneira tal que o leitor possa ler o texto e dele se servir de acordo com as suas necessidades – o que implica que, em teoria, se estabeleçam tantos critérios de edição quantos os tipos de textos e os tipos de leitores. Tendo em conta o conceito tradicional de edição de textos antigos – reprodução impressa de um texto, sob a forma de livro, depois de o ter submetido a um conjunto de operações críticas –, a situação actual é quase a mesma de há mais de um século; nestes termos, qualquer edição é um objecto *fechado*, mesmo até *concluído*, pelo que qualquer intervenção no seu tecido implica uma *nova edição*.<sup>10</sup> É por isso que o investigador, muitas vezes, se depara com edições que em rigor não lhe servem: se é um investigador avisado nestes assuntos e dispõe de tempo e de conhecimentos, sentir-se-á tentado a empreender uma nova edição de acordo com as suas necessidades ou com aquilo que julga ser a boa maneira de a fazer; mas se o não é, ou se não tem possibilidades de fazer a nova edição, correrá o risco de o seu trabalho vir a ser posto em causa por se ter baseado numa edição não adequada. Será portanto necessário examinar-se e resolver a questão sob uma outra luz, o que quer dizer, recorrer às potencialidades que a informática nos últimos anos colocou à nossa disposição.

Na verdade, todos nós o sabemos, a informática transformou radicalmente os conceitos tradicionais de texto, de leitor e de edição: onde ainda há poucos anos encontrávamos um conjunto fechado de modelos editoriais – *facsimilada*, *diplomática*, *interpretativa* e *crítica* –, e por conseguinte edições singulares feitas

de acordo com um destes modelos (ou sendo o resultado *sui generis* de uma combinação de vários deles), poderemos agora encontrar um novo modelo de edição: aquela que eu designarei por *interactiva*, obtida por meios informáticos e possuidora de um carácter de *reversibilidade*.

A ideia, que é simples, não é totalmente nova e visa produzir uma edição em que se reduza ao mínimo as consequências negativas da intervenção do editor, funcionando ao mesmo tempo como uma base permanentemente activa à qual o leitor possa recorrer para reajustar as suas leituras. Este modelo implica a construção de programas específicos e a criação de pelo menos seis fontes informáticas interactivas, que têm subjacente uma gramática e um dicionário previamente estabelecidos, tendo na devida conta critérios de época segundo a periodização estabelecida na história da Língua Portuguesa: 1) uma *fonte medieval*, que reproduz todos os grafemas dos manuscritos, incluindo as alografias e os sinais de abreviatura e de pontuação, e que introduz marcas indicando a mudança de linha, de coluna, de página e de fólio, as correcções e outras intervenções manuscritas no suporte, em suma, uma fonte que permite uma transcrição paleográfica do texto; esta fonte foi desenvolvida por Maria José Ribeiro, minha antiga aluna no Seminário de Crítica Textual, que a apresentou em 1995 na sua tese de Mestrado em Paleografia e Diplomática<sup>11</sup>; 2) uma *fonte filológica*, que permite a transliteração automática dos caracteres da fonte medieval em caracteres correntes, e a resolução das alografias e das abreviaturas, reproduzindo em itálico as letras decorrentes do desenvolvimento destas últimas; 3) uma *fonte gráfica*, para regularizar as variantes gráficas e eliminar as marcas das abreviaturas desenvolvidas (itálicos) e os sinais de mudança de página / coluna / fólio; 4) uma *fonte morfológica*, capaz de separar as palavras, de reunir formantes não unidos de uma mesma palavra, e de tratar os clíticos (por exemplo, introduzindo os hífen); 5) uma *fonte fonética*, para a conservação das grafias etimológicas com valor fonético e a substituição das grafias não etimológicas e não fonéticas, de acordo com a ortografia moderna que, em geral, é etimológica; e 6) uma *fonte modernizante*, com a qual se introduzem os acentos, se modernizam todas as grafias sem valor fonético específico, se substituem os sinais de pontuação, e se distribuem as maiúsculas<sup>12</sup>.

Não sendo, ainda, tecnicamente possível reproduzir aqui os resultados da aplicação do programa, apenas se apresenta um facsímile de um texto transcrito com a fonte medieval desenvolvida por Maria José Ribeiro:

Uma vez transcrito o texto com a *fonte medieval*, temos uma base de dados sobre a qual as outras fontes poderão ser utilizadas ou isoladamente ou em combinação, segundo as necessidades do editor ou do leitor – a quem será sempre possível regressar à transcrição paleográfica, ou a qualquer uma das fases anteriores àquela em que no momento se encontra, e refazer o seu percurso de uma outra maneira. A edição assim resultante, que circulará em CDi, será acompanhada de um vocabulário do texto e de uma reprodução digitalizada do manuscrito, para verificação. É claro que não teremos aqui, nem tão pouco desejamos, uma edição completamente automatizada: a intervenção humana é determinante e obrigatória, particularmente nos dois momentos mais impor-

Utilização da *Fonte Medieval* (transcrição de todos os grafemas do manuscrito, incluindo as alografias, os sinais de abreviatura e de pontuação; introdução de sinais indicando mudança de linha.

6-1-1269. Carta de doação. *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 92<sup>v</sup>.

1. COnuq̄uda coufa para eq̄ntos esta Carta uirē
2. eu don . a° . pela gr̄a de Ds Raȳ de Pōrt
3. e do alḡua enſenbza cū mha molar Raȳa doña
4. Beatriz filla do muy nobze Raȳ de Castilla e
5. de Leon e cō noſſos fillos e fillas Infantes don
6. Dinis don a° . doña Blanca doña Sencha . de-
7. mos eoutozgamos ati Jſſádo filla de pardo eata mo-
8. lar Cinfáá unſ noſſos paredééyros q̄ foze de aboz̄-
9. q'ñ q̄ ouemos na noſſa Juýaria de Lixboã . eſtes ſō
10. os t'mýos a Ouriente acasa de farfom a Ouciente
11. carreýra puluega . Aguyõn ááz̄inaga ſarrada .
12. aouego . Jucefa uelho . Damos eoutozgamos
13. auos eatoðolos uoſſos fillos e fillas eatoðos aq̄les
14. de poſ uos uéerē eſſas paredééyros . ou caſas
15. hý fazerdes por ſempre q̄ den anos e ááquelas
16. de poſ nos uéerē en cadahũũ ano ſ dia de ſon
17. Miguéel de Setembzo . q'tro . lbr̄ . por fozo deſ-
18. ſes paredééyros ou deſſas caſas q̄ hý faz'ões . E
19. mandamos eoutozgamos q̄ deſtes paredééyros
20. de ſuſo diotos ou deſ caſas q̄ hý fazerdes ſopad'z
21. toda uoſſa uóntade . eſte puentuýra eſſes pa-
22. radééyros ou eſſas caſas q̄ y faz'ões q'ſerdes uē-
23. dar ou dar aalgũ de anos eatoðos aq̄les q̄
24. de poýſ nos uéerē eſte fozo deſuſo dioto . Epor
25. iſto ſéer mayſ firme . damos ati Jſſádo filla d'
26. pardo eata molar Cinfáá eatoðos aq̄les q̄ depo-
27. yſ uos uéerē eſta carta enteſtemoýo . Dada
28. en Coýmbza . vj . dias de Janeýro . Elraȳ ama-
29. dou . Peðzo periz afez . Ew. M° . CCC° . vij° .

tantes do processo que descrevi: o primeiro é o da transcrição do texto, onde o *copista* (não obrigatoriamente um *editor*, no que pode ser uma excelente oportunidade de recuperar a velha actividade de *copista*) é obrigado a transcrever de uma maneira fiel todos os grafemas do manuscrito; o segundo momento só se verifica na fase terminal do processo, após a aplicação da fonte modernizante, para a qual é necessário interpretar-se o texto numa perspectiva sintáctica, lexical e, naturalmente, semântica. Assim, a informática nunca substitui o editor quando é mister de tomar decisões fundamentais; mas ela pode ajudá-lo a desempenhar todas estas tarefas mecânicas que exigem sempre muito tempo e que, devido ao seu carácter monótono, são muitas vezes responsáveis pela grande quantidade de erros com que nos deparamos nas edições tradicionais. E sobretudo, com este programa nunca se obterá edições definitivas: a história filológica está cheia de edições provisoriamente definitivas; o que eu aqui proponho é uma edição definitivamente *reversível*.

Se o método aqui aflorado puder ser efectivamente realizado em termos técnicos (e para isso estamos a trabalhar), permitir-nos-emos sonhar com um futuro filológico onde os critérios de transcrição não desempenhem uma papel determinante – e definitivo – no processo de recepção dos textos antigos por um leitor moderno: o texto, para além dos aspectos que dizem respeito aos suportes (as rasuras, a tinta, as características do pergaminho, e todos os aspectos que são objecto da codicologia), estará sempre à disposição dos leitores na sua forma original e quaisquer que sejam os interesses deles – que entretanto poderão ir sendo satisfeitos de uma maneira fácil, casuística e ocasional.

Por outro lado, a velha filologia não será privada do seu objecto: aquele que Contini<sup>13</sup> definiu como a reprodução ou a reconstrução dos textos do passado, neles identificando e definindo as coordenadas sincrónicas e diacrónicas, linguísticas e situacionais.

Até porque será sempre necessário ser-se filólogo para que se possa construir utensílios filológicos, sejam eles informáticos ou outros.

## NOTAS

<sup>1</sup> Cfr. L. Hjelmslev, *Essais linguistiques*. Paris: Minuit, 1971.

<sup>2</sup> Cfr. Nina Catach, "The grapheme: its position and its degree of autonomy with respect to the system of the language". In Gerhard AUGST (ed.) *New Trends in Graphemics and Orthography*. Berlin: Walter de Gruyter, 1986, p. 1-10.

<sup>3</sup> Veja-se, a propósito, Clarinda de Azevedo Maia, *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: INIC, 1986, p. 11-17.

<sup>4</sup> Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *Introdução à edição das Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, Halle: Max Niemeyer, 1885; e *Introdução à edição do Cancioneiro da Ajuda, I*, Halle: Max Niemeyer, 1904.

<sup>5</sup> José Leite de Vasconcellos, "A vida nas Bibliotecas e Arquivos". *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, II, Lisboa: 1921.

<sup>6</sup> Pe Avelino de Jesus da Costa, "Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos". *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga: 1977.

- <sup>7</sup> José Leite de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 165.
- <sup>8</sup> Pe Avelino de Jesus da Costa, *op. cit.*, p. 7-8.
- <sup>9</sup> Carolina Michaëlis de Vasconcellos, 1885, *op. cit.*, pp. civ-cvi; 1904, *op. cit.*, p. xii.
- <sup>10</sup> Para uma visão crítica da história da filologia portuguesa, veja-se Ivo de Castro e Maria Ana Ramos, "Estratégia e tática da transcrição". *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1986, p. 99-122.
- <sup>11</sup> Maria José Ribeiro, *Edição dos Documentos Medievais do Cartório de Santa Eufémia de Ferreira de Aves*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.
- <sup>12</sup> As designações das fontes 2-6 são provisórias e da minha exclusiva responsabilidade.
- <sup>13</sup> Cfr. Gianfranco Contini, *Breviario di ecdotica*. Milano-Napoli: Riccardo Riccardi Editore, 1986.